

XXX Encontro Anual da ANPOCS  
24 a 28 de outubro de 2006  
GT 11 – Mídia, Política e Opinião Pública

**LIDERANÇAS FEMININAS NO  
CONGRESSO NACIONAL:  
PERFORMANCES, VALORES E  
*HABITUS***

*Irlys Alencar F. Barreira*

Caxambu - MG

## Lideranças Femininas no Congresso Nacional - performances, valores e *habitus*<sup>1</sup>

Irlys Barreira

O relativo silêncio referente ao trabalho político de representantes mulheres no Congresso nacional opõe-se aos inúmeros discursos alusivos à necessidade de uma divisão mais equânime de participação nas instituições dos Poderes Legislativo e Executivo. O fato de as mulheres haverem “chegado lá” parece ilustrar a eficácia das cotas, o esforço pessoal ou coletivo de movimentos, enfim, supõe a coroação da chamada inclusão social e política. Uma vez fazendo parte das atividades da “Casa do Povo, no entanto, o que acontece com o trabalho político das parlamentares?

Minha curiosidade a respeito do tema volta-se inicialmente para refletir sobre as interações, as estratégias e o cotidiano parlamentar de representantes políticas na condição de quase estreantes de um espaço só recentemente ocupado por mulheres. Em que momento esse coletivo denominado, em certas circunstâncias, de “nós mulheres”, ainda tem algum sentido ou vigor? São os ritos afirmativos da presença feminina uma evocação paradoxal de reforço à diferença? Ou, ainda, faz sentido uma visão singular destinada a representantes mulheres que teoricamente já romperam as barreiras da interdição?

Buscar marcas ou singularidades desse “estar na política” é o objetivo inicial do presente texto. Nele busco explorar a inserção de representantes no Congresso Nacional direcionando a perspectiva para algumas características das atividades de mulheres parlamentares, atentando para a dimensão simbólica que permeia o campo da representação política.

Observar o campo político sob a óptica de um recorte de gênero, diferente do modo como ordinariamente são pensadas as interações de atores, tendo como referência os partidos políticos, não supõe ignorar os fatores ideológicos ou as “guerras de posições” comuns a todos os profissionais em exercício parlamentar. As divisões a partir das quais se pensa normalmente o campo político, tais como direita, esquerda e centro, podem adquirir

---

<sup>1</sup> A pesquisa que deu subsídios ao presente texto realizou-se com financiamento do CNPq, em dois períodos de estada no Congresso Nacional. O universo das representantes foi enfocado, atentando não só para a representatividade partidária, mas também para perfis de representantes vinculados ao processo de formação de capital político. Agradeço o auxílio competente das sociólogas Daniele Nilim (doutoranda do PPGS- UFC) e Genílria Rios (auxiliar de pesquisa de Apoio Técnico do CNPq-UFC), que ajudaram a decifrar os labirintos complexos do Congresso Nacional, viabilizando os acessos às deputadas e senadoras e ajudando na obtenção

outras complexidades quando se vislumbra o modo como se instituem identidades em torno de projetos e construções coletivas atravessadas por lutas simbólicas e busca de legitimação. As frentes parlamentares, as alianças voltadas para interesses específicos de mulheres (direitos à saúde, trabalho e proteção social, por exemplo) e os rituais de afirmação voltados para ampliar e valorizar a presença de mulheres podem ser importante via de observação das dinâmicas interativas que se efetivam no campo político. É nessa perspectiva que o presente texto privilegia uma análise sobre as representantes políticas no Congresso Nacional, atentando para as dimensões simbólicas que permeiam a participação de mulheres, as afirmações identitárias e as marcas constitutivas de capital político.

Meu objetivo neste trabalho é menos afirmar a já conhecida supremacia da presença masculina no exercício do Poder legislativo e mais identificar a vigência de simbologias, estratégias e modos constituídos por mulheres na perspectiva de se fazerem legitimar no cenário das instâncias de representação. De antemão, é importante indagar permanentemente a própria pertinência do objeto para não produzir um novo esquema classificatório baseado na relação dominantes e dominados, ou transformar a pesquisa em um manifesto de denúncias.

## PESQUISANDO MULHERES<sup>2</sup>

Refletir sobre o significado da presença de representantes mulheres no cenário político exige, de saída, um questionamento sobre eventuais predefinições que orientam uma análise em torno dessa temática. Incursões dessa ordem suscitam uma indagação sobre o recorte do objeto, supondo-se a improcedência de uma pesquisa que tomasse à guisa de referência a participação masculina na política. Se é em função de uma presença de mulheres numericamente escassa que se impõe inicialmente a problemática, os riscos da abordagem referem-se inicialmente ao enaltecimento de características “femininas” consideradas naturalmente imprescindíveis para o desempenho da política. As interpretações

---

dos dados. Colaboraram também as sociólogas na confecção dos gráficos e transcrição de fitas.

<sup>2</sup> O quadro cronológico que serviu de base à pesquisa recobriu o período referente aos últimos mandatos de deputadas e senadoras, incluindo também os dois anos iniciais do mandato em curso. Na perspectiva de sistematização dos dados, foram priorizados os seguintes pontos: mapeamento das mulheres representantes, filiação partidária, trajetória política, envolvimento em projetos, propostas e comissões, percepções sobre o trabalho político e sentidos de pertença.

sobre a participação de mulheres na política podem padecer de uma espécie de “síndrome positiva da exclusão”, configurada pela tentativa de transformar o que é numericamente inferior, no campo da política, em qualitativamente superior. Refiro-me aqui às alusões ao *poder feminino*, como encarnação da democracia, expressivas de versões idealizadas sobre um desempenho tido como potencialmente positivo e capaz de modificações nos espaços institucionalizados da política. Transfere-se, com tal perspectiva, a versão de uma “natureza feminina”, consagrada no senso comum, para o espaço de práticas políticas tornadas virtuosas em si mesmas. As campanhas políticas de candidatas, não raro, lançam mão de argumentos referentes a qualidades femininas tidas como imprescindíveis para uma proposta de renovação do poder.

A escassez numérica adquire, no entanto, significação se a ela agregamos o fato de que o Congresso Nacional é também um espaço com divisões internas de poder, dando sentido ao questionamento sobre a atuação de mulheres, as estratégias políticas de representação e a ocupação de espaços.

Esses desafios impõem ao pesquisador, e mais ainda à pesquisadora, a necessidade de ultrapassar os pré-construídos existentes no escopo de uma investigação sobre a presença de mulheres na política.

Supondo-se que a parcialidade é uma das questões presentes no ato de toda e qualquer investigação, torna-se salutar, em pesquisas sobre essa temática, como lembra Lagrave (1990), a tarefa de tomar por objeto o jogo e as articulações que comandam as estratégias dos agentes engajados no interior do espaço a ser investigado. Os modos como as mulheres dão sentido à política e atuam em frentes parlamentares, ou em coletivos variados no interior do campo político, constituem questões que direcionam a pesquisa.

A abordagem aqui proposta pressupõe também a idéia do campo político como um espaço plural, não só em sua dimensão estrutural, conforme pensou Bourdieu (1989), mas em sua dinâmica relacional permanente, que ora faz emergir formas peculiares de apresentação e participação de candidatas, ora torna esse recorte sem evidente sentido.

É importante também explicitar a necessidade de pensar a participação de mulheres representantes políticas em sua expressão plural, evitando trabalhar com o conceito de mulher como unidade social, o que poderia levar a afirmações do tipo “as mulheres agem na política” ou “as mulheres pensam a política ...”. As representantes a serem pesquisadas

possuem experiências variadas de constituição de um capital político, construído com base em distintas trajetórias. Assim, saltando-se de uma evidência sobre a importância da participação das mulheres na política, tornada óbvia por argumentos de ordem numérica e consagrada de antemão como pressuposto, é preciso indagar de início quem são as representantes no Congresso Nacional, suas trajetórias e formas de inserção institucional.

Descartando a idéia da participação feminina na política como naturalmente inovadora, este texto indaga sobre os valores que subsidiam as práticas de representantes mulheres no Congresso Nacional. Momentos nos quais as mulheres aparecem como “bancada feminina”, situações nas quais assumem de modos diferenciados funções de liderança, ou colocam-se como porta-vozes de agendas feministas são relevantes para se pensar na dinâmica e *performance* de papéis sociais.

Pretendem, portanto as reflexões aqui enunciadas contribuir para o entendimento do campo político como um espaço diferenciado, ultrapassando as dicotomias masculino/feminino, ao mesmo tempo incrementando reflexões sobre as formas simbólicas de enunciação das práticas políticas de mulheres representantes no Congresso Nacional<sup>3</sup>.

#### PERFIS DE REPRESENTANTES – O “chegar- lá”

A presença ainda pouco expressiva de mulheres como parlamentares no Congresso Nacional incita a existência de rituais de apresentação e afirmação de *causas* consideradas específicas de gênero. É na denotação da escassez que o *site*<sup>4</sup> do Senado Federal exhibe os discurso de senadoras, enfatizando o aspecto inaugural da participação de mulheres no Congresso Nacional. A primeira Senadora do Brasil, por exemplo, afirma em seu discurso de posse: "tivemos a oportunidade de ver as mulheres sendo eleitas senadoras da República, aumentando o índice de participação da mulher brasileira no cenário nacional".

O registro dessas práticas inaugurais, que denomino como *biografia pioneira da*

---

<sup>3</sup> As reflexões desse texto circunscrevem-se a outras incursões temáticas desenvolvidas anteriormente pelo Núcleo de Antropologia da Política (NUAP/PRONEX) em torno do registro de experiências etnográficas sobre a esfera da política e as questões por ela suscitadas. É nessa perspectiva que venho desenvolvendo, em vários aportes etnográficos, reflexões sobre a participação de mulheres no universo da representação política. Examinei, além da presença de mulheres no poder municipal, diferentes situações de campanha eleitoral que envolviam disputa entre candidatas do mesmo sexo e candidatas em concorrência com candidatos, explorando aspectos simbólicos através de discursos e busca de reconhecimento no espaço público (ver Barreira, 1993;2001).

*participação política*, aparece não só nas apresentações das representantes, estando presente em muitos discursos. Em campanhas eleitorais, em declarações públicas e em diversas situações nas quais são enunciadas *trajetórias de mulheres*, são comuns declarações que enfatizam a ação inaugural de práticas políticas.

" Pela *primeira vez* uma mulher filha do estado foi eleita a senadora mais votada " (Senadora Fátima Cleide, PT Rondônia).

"Fui a *primeira mulher* eleita senadora no Estado" (Senadora Heloisa Helena, P-Sol Alagoas).

"Eu e outra companheira do PMDB à época fomos as duas *primeiras mulheres* eleitas vereadoras em Sorocaba" (Deputada Iara Bernardi, PT São Paulo).

A maneira peculiar de expor a trajetória política de mulheres baseia-se na dimensão afirmativa da presença feminina em espaços de representação, conduzindo à idéia de uma conquista - a deferência do "haver – chegado - lá". Emerge, dessa perspectiva, o sentido da "responsabilidade" e conseqüente necessidade de honrar o mérito da categoria, obtido pela vitória eleitoral. A instituição de uma "questão de gênero" que perpassa a idéia de homenagem faz com que diferentes mulheres sejam mencionadas como representantes de *ações de destaque*. Tanto pelo aspecto inaugural de práticas sociais, como pela ocupação de funções singulares referentes aos direitos sociais, é viável pensar situações a realçarem a singularidade da presença de mulheres tendem a omitir as diferenciações políticas. É nesse sentido que a Comissão Especial de Atuação da Lei Referente ao Ano da Mulher é composta de forma interpartidária, reunindo representantes de várias tendências políticas, com o objetivo de apressar projetos e propostas em tramitação, voltados para temáticas atinentes aos direitos ou interesses das mulheres.

O Congresso é considerado um local masculino, sendo enunciado em várias entrevistas "o tempo em que não havia banheiros para mulheres". É a chegada gradativa de representantes mulheres que permite o anunciar da dimensão pioneira das *primeiras representantes* que postulam em suas biografias as expressões do tipo “primeira mulher a ocupar .....”.

---

<sup>4</sup> <http://www.senado.gov.br>

As interdições ao acesso de mulheres a cargos políticos de representação possuem sua historicidade. É válido ressaltar que toda estrutura política possui regras variáveis, referentes a qualidades consideradas necessárias para que alguém desempenhe um papel político (BAILEY, 1971). São qualidades que incluem atributos naturais, como sexo, idade e cor, ao lado de outros requisitos relativos a experiência política e educação, entre outros. Os predicados naturais são, no entanto, reveladores de papéis portadores de qualidades consideradas positivas ou negativas para o desempenho das funções políticas. A longa restrição feita às mulheres para participar da política, na visão de Bailey, supunha a supremacia do papel doméstico sobre os demais, o que as tornava, de princípio, incapazes para o exercício das atividades públicas.

Ao longo do tempo, tais interdições se tornaram inócuas, em razão da presença cada vez maior das mulheres nas atividades públicas, fato que não eliminou a emergência de discursos justificadores ou denegadores dessa evidência. Na realidade, a elaboração de símbolos e estratégias discursivas, que acontecem em torno das práticas políticas de mulheres, é reveladora de que elas não entram na vida política de forma silenciosa. Ao contrário, ritualizam essa entrada, seja comemorando a capacidade pioneira de “romper barreiras”, seja enfatizando seu talento para o exercício do cargo, em reação às associações negativas entre gênero feminino e desempenho político. Tudo se passa como se fosse necessário as representantes políticas portarem um capital simbólico suplementar que serviria de passaporte à ruptura. Em várias entrevistas, verificou-se, por exemplo, um discurso sobre as dificuldades de participação das representantes na política, seguido de declarações sobre êxitos. O fato de elas se tornarem integrantes do Congresso Nacional já é percebido como a transposição meritória de um obstáculo. Essa percepção não é fora de propósito, considerando-se que, no universo atual de quinhentos deputados, somente quarenta e sete são mulheres, sendo apenas nove o número de mulheres que compõe o conjunto de oitenta e um senadores.

O “chegar-lá”, segundo depoimento de muitas representantes, supõe também encontrar um nexos lógico encadeado de ações capazes de compor uma *trajetória*. A política, muitas vezes, é percebida como se fosse resultado de um *caminho natural* para militantes, cheio de “sacrifícios”, sobretudo para aquelas que sentem o caráter oneroso do cargo. O exercício do cargo político é assim compreendido como espécie de resultado de

uma contabilidade difícil na relação dever e satisfação.

Nas apresentações das trajetórias de mulheres parlamentares, denota-se a busca de um fio condutor coerente, que aparece em formulações retiradas de traços da personalidade, presente, por exemplo, na frase “ desde pequena...”, corroborando a idéia de Bourdieu a respeito da biografia como construção estratégica desenvolvida *à posteriori*. O sentido de coerência ou opção pela política faz com que esta seja vista como “missão”, ou melhor, consequência de investimento, que supõe uma doação – o fato de colocar-se acima de interesses pessoais. Em representantes oriundas de movimentos sociais ou defensoras de causas partidárias esse sentimento é particularmente realçado. A pertença a um ambiente politizado fortalece ainda com a idéia de opção política: “Eu sou um ser político por natureza, venho de uma família que nunca teve ninguém que tenha ocupado um cargo político eletivo, mas era um povo muito politizado”. (Senadora Fátima Cleide, PT, Rondônia).

A participação política institucional nem sempre é vista como algo planejado ou desejado desde o início. Diferente dos interesses profissionais mais claramente perseguidos, sobretudo por aqueles com dificuldades financeiras, a carreira política às vezes emerge como situação casual ou *imposição* dos movimentos ou partidos. A percepção da virtualidade da trajetória política não impede a versão das dificuldades de realizar a ruptura entre uma política sindical ou “junto às bases” e a representação institucional no âmbito federal, tal como pode ser visto nos depoimentos a seguir:

“Eu me recusei a ser candidata em vários momentos... foi preciso muita insistência para eu ser candidata”. (Senadora Ana Júlia, PT Pará).

“A minha maior ousadia era ser presidente do sindicato. Eu não queria nem ser vereadora, mas saí do encontro como secretária de formação política do PT como candidata ao Senado. Aí eu tomei uma decisão para a minha vida. A partir de agora eu vou assumir os meus caminhos (...) meu slogan era: *para o Senado avisa lá que eu vou* ”. (Senadora Fátima Cleide, Rondônia, PT).

“..O partido me consultou sobre a possibilidade de eu ser candidata a deputada estadual e devolver a legenda à Assembléia depois de quarenta anos de ilegalidade. Eu confesso que fiquei com muito conflito porque eu sabia que essa opção poderia me retirar da

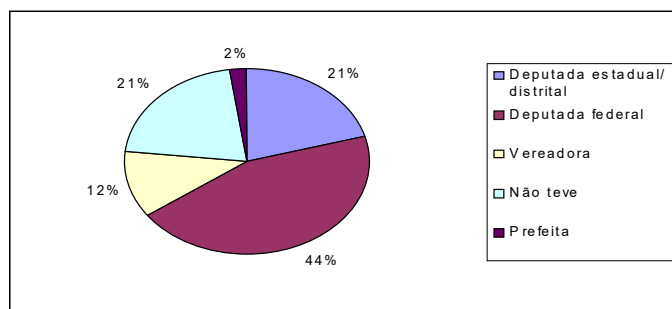


prática médica que eu sempre gostei muito, mas às vezes não tem muita volta. Quando você entra na luta parlamentar é mais difícil de retornar”. (Jandira Fegali, deputada, Rio de Janeiro, PCdo B).

“Eu já era presidente estadual do PCdo B aí depois veio o convite para eu ser candidata à Deputada Federal. Deus me livre! Eu chorei desesperadamente porque eu nem queria conversa com isso, eu já tinha meu segundo filho e ele estava mamando. Para mim aquilo foi muito forte”. (Deputada Perpétua Almeida, Acre, PCdoB).

Os depoimentos apontam a ocupação de cargos políticos como ruptura ou imposição de contingências partidárias. Mesmo que as representantes possuam formas diversas de constituição de capital simbólico, a entrada no campo político-institucional supõe uma “nova etapa” onde entram em questão aspectos como: a vida pessoal, a experiência para ocupar o cargo e, posteriormente, as estratégias necessárias ao reconhecimento. Uma exposição de teor quantitativo sobre a trajetória política de deputadas e senadoras pode indicar pontos interessantes às reflexões aqui presentes.

Gráfico1 - CARGO ELETIVO ANTERIOR DAS DEPUTADAS



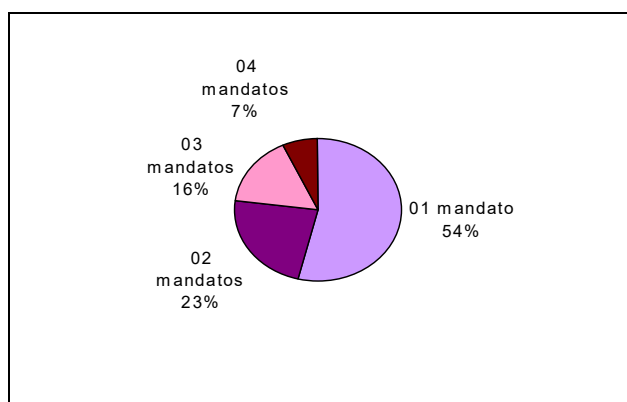
Observa-se, pelo gráfico, que parte significativa das deputadas ocupou o mesmo cargo na legislação anterior, sugerindo a idéia da continuidade ou reprodução de funções legislativas no interior do campo político. As representantes, antes de serem eleitas deputadas federais, eram deputadas estaduais, vereadoras e prefeita.

O fato de vinte um por cento das deputadas não terem cargos eletivos anteriores dá sentido ao suposto da renovação política no espaço legislativo, ocasionado possivelmente

menos pela política de cotas<sup>5</sup> do que pela *onda PT*, que teve papel significativo nas últimas eleições para o Parlamento. Essa possibilidade de acesso direto ao Legislativo Federal sem mediações anteriores, indica a constituição rápida de capital político, viabilizada por partidos, movimentos ou apoio de familiares políticos, conforme pode ser visto no próximo gráfico.

O percentual referente à ocupação de cargos de vereadora corresponde ao circuito mais comum, mas não exclusivo, de estabelecimento de carreiras políticas. A visualização do número de mandatos reforça o argumento da renovação de cargos políticos.

Gráfico 2 - NÚMERO DE MANDATOS DAS DEPUTADAS



Considerando-se o significativo percentual de vinte e um por cento, referente a representantes que nunca tiveram cargos eletivos, torna-se possível registrar o índice de renovação da Câmara Federal, constatado pela presença de deputadas oriundas de carreiras políticas dotadas de forte mobilidade ascendente. Traduzindo os percentuais em números absolutos, é importante ressaltar que vinte e três deputadas cumprem primeiro mandato (cinquenta e quatro por cento), dez parlamentares estão em segundo mandato (vinte e três por cento), sete encontram-se em decurso do terceiro mandato (dezesseis por cento) e três deputadas desenvolvem o quarto mandato no Congresso Nacional (sete por cento)<sup>6</sup>.

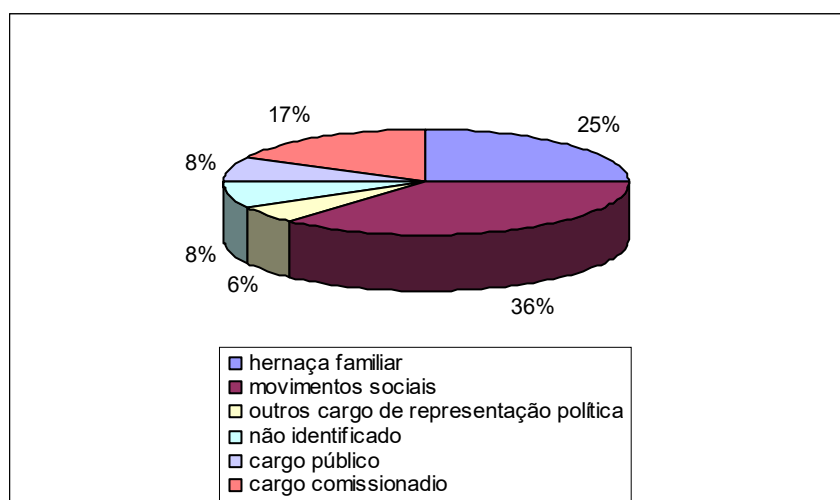
Se for possível visualizar um modelo de inserção nos cargos de representação política, nele se destacam senadoras e deputadas oriundas de movimentos sociais, de

<sup>5</sup> Para uma análise sobre os efeitos da política de cotas no âmbito do Legislativo, ver Araújo, 2001. A autora reflete sobre a fraca repercussão das políticas afirmativas nas eleições legislativas no Brasil.

<sup>6</sup> Embora algumas representantes tenham ocupado outros cargos (deputadas estaduais, vereadoras, prefeita), a estatística refere-se aos mandatos como deputadas federais.

carreiras políticas conquistadas gradativamente por meio de cargos representativos municipais, ou prestígio transferencial, transmitido via filiação ou matrimônio. São situações não excludentes e significativas para se pensar em um perfil político das representantes no Congresso Nacional. O gráfico a seguir é ilustrativo da constituição desse capital político.

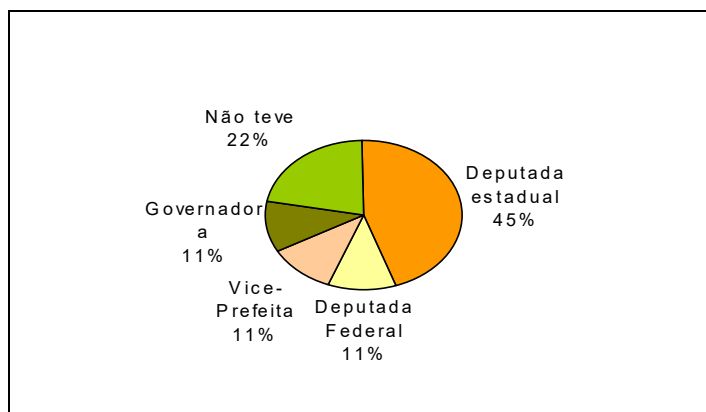
Gráfico 3 - CAPITAL POLÍTICO DAS DEPUTADAS FEDERAIS E SENADORAS



- Capital político de base familiar – deputadas e senadoras com pais e/ou maridos políticos
- Movimentos sociais - deputadas e senadoras que iniciaram a vida política em movimentos sociais diversos, incluindo lutas sindicais, movimento estudantil, luta pela terra (MST) e movimento feminista.
- Cargos políticos eletivos –deputadas e senadoras que começaram a carreira política ocupando os mandatos de prefeita, vereadora, deputada estadual.
- Cargos comissionados – deputadas e senadoras que ocuparam cargos de confiança em secretarias do governo
- Outros cargos de representação política – cargos ocupados por deputadas e senadoras nos próprios partidos, tais como secretarias nacionais, regionais e presidência de partido.

Observa-se que a influência familiar e a participação em movimentos sociais constituem condições relevantes para a conquista de cargos de representação política. Mulheres apoiadas por sindicatos, defensoras de interesses feministas ou atuantes em partidos políticos atestam a importância de se pensar na elaboração de carreiras políticas mediante formas visíveis de atuação no espaço público. A influência familiar também contribui para a ocupação de cargos legislativos (esposas ou filhas de políticos) ocorrendo também situações de parentesco não excludentes com a participação em movimentos sociais variados. A condição de origem política das senadoras contribui com reflexões específicas interessantes sobre as formas de inserção de representantes no Congresso Nacional.

Gráfico 4 - CARGO ELETIVO ANTERIOR DAS SENADORAS

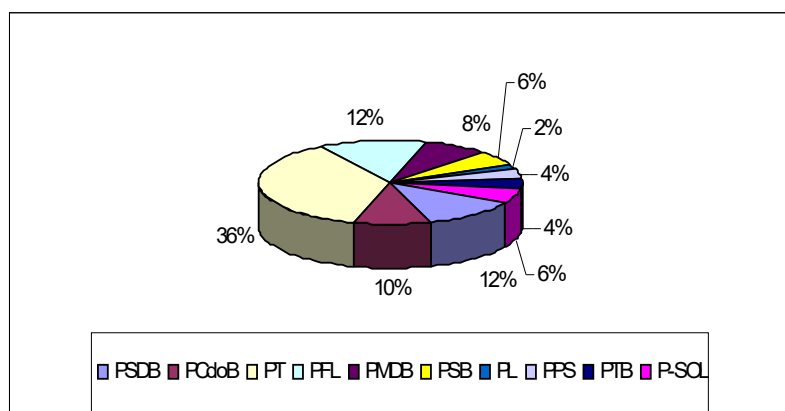


Observa-se que a ocupação de vagas no Senado supõe uma trajetória anterior, geralmente constituída com base em cargos estaduais executivos ou legislativos<sup>7</sup>. Das nove senadoras cumprindo hoje mandato no Congresso todas tiveram cargos eletivos anteriores, havendo exceção para Fátima Cleide, PT, que teve seu capital político formado exclusivamente com base em atuação sindical. O crescimento numérico de senadoras é evidente, considerando-se que na legislatura passada só havia quatro senadoras. As

<sup>7</sup> Pesquisas sobre a reprodução de cargos no âmbito legislativo revelam a experiência política parlamentar, tendo em conta os padrões de recrutamento na escolha dos postos de presidência, lideranças e presidência de comissões. Com base nessa constatação, é possível pensar que estratégias de defesa institucional podem reproduzir a escolha de representantes do sexo masculino (MARENCO DOS SANTOS, 2001).

representante no Senado, em sua maioria, são jovens, situando-se na faixa etária entre 41 e 50 anos, o que atesta a evidência de uma “carreira política” relativamente rápida, embora conquistada ao longo de anos. A idade é também reveladora do fato de que algumas senadoras alcançaram o cargo de representação no Congresso sem passar pela etapa de deputada federal. Os cargos de deputada estadual, vice-prefeita e governadora expressam as etapas eletivas experimentadas antes da ocupação de vagas no Senado. O percentual de representantes senadoras e deputadas pelo PT é significativo, reforçando a idéia da “onda PT” entre representantes do Senado e Câmara Federal, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 6 - PARTIDOS DAS DEPUTADAS E SENADORAS



Destaca-se o fato de que no PT estão incluídas diferentes formas de construção de capital político mais referenciadas na atuação em movimentos sociais e sindicatos. O “chegar-lá” torna-se, portanto, indicador do grande volume de investimento presente na formação do profissional da política, dando sentido ao suposto weberiano de que “viver da política” e “viver para a política” constituem mecanismos não excludentes. O investimento simbólico pelo reconhecimento, no entanto, supõe que a elaboração de legitimidade não pára no momento da eleição. O trabalho político constitui, na realidade, algo permanente.

## O TRABALHO POLÍTICO

O Congresso Nacional é um lugar onde não se faz apenas política. Nele observa-se

a presença de turistas, grupos escolares, eventos de contestação, seção de pedidos, incluindo os que se dirigem a gabinetes para solicitar ajudas como remédios e outras formas de retribuição ao voto concedido.

Uma incursão sobre o cotidiano do Congresso Nacional revela uma multiplicidade de ações coordenadas, que pode ser designada por trabalho político. A complexidade desse trabalho aparece desde a divisão geográfica de espaços nos quais ele é realizado. Os gabinetes instalados no Congresso, aqueles situados nos estados de origem, as atividades nas comissões, as reuniões e as plenárias sintetizam as redes funcionais de sociabilidade política, variáveis e condizentes com diferentes formas de atuação e representação. Os gabinetes, cercados por profissionais que exercem a função de organização das agendas, efetivam o trânsito entre o *lá* e o *cá*, viabilizando o contato com as “bases”. Assim, as ausências dos parlamentares são justificadas pelos chefes de gabinete por conta da “necessidade urgente de resolver questões” em seu Estado. Em várias circunstâncias, as parlamentares confirmavam a informação, referindo-se ao dever de visitar permanentemente seus eleitores. Os depoimentos a seguir são significativos do trânsito de atividades e suas especificidades em se tratando de representantes mulheres.

"Eu vejo as deputadas administrando a casa por telefone, dando ordem para os filhos. Eu nunca vi um deputado fazendo isso..acho que o homem veste o paletó e vem para cá e não se preocupa com o que está acontecendo lá. Algumas mulheres trazem o filho para morar aqui". (Deputada Iara Bernardi, PT- São Paulo).

"Eu vou e volto toda semana, a família está no Rio. E também é importante que você estabeleça permanentemente o contato com o seu estado que é o que te elege e precisa saber o que você está fazendo. Então usamos bem a internet. Eu vejo que os homens se movimentam, as mulheres se movimentam, agora eu não tenho dúvidas de que o preço pessoal a pagar nosso é muito mais elevado. Eu tenho um filho de quatro anos e uma filha de treze. Eu fiz a campanha amamentando. Eu não fazia debates à noite porque tinha que botar ele para dormir no peito. Não saia de manhã antes da sete para deixar ele acordar e mamar. Quando ia para o interior levava berço, bolsa e babá". (Jandira Fegali, PC do B, deputada federal – Rio de Janeiro).

O trabalho político no Congresso supõe assim uma sazonalidade com divisões espaciais diferenciadas. Inicialmente, destacam-se as repartições entre o local de onde se deriva a representação e as instâncias típicas do Parlamento ou do Senado. Os gabinetes das

senadoras e deputadas são decorados com fotos de sua região, evocando o princípio da diferenciação e do trabalho inerente ao cargo ocupado.

Em várias ocasiões, as mulheres faziam referência ao trabalho doméstico, sobretudo o referente à educação dos filhos. A presença na política aparece, nesse caso, como missão justificadora da ausência, pelo menos temporária, das atividades familiares. A ocupação dos cargos é percebida como conquista, evocando um testemunho a ser apresentado. Outro trabalho de manutenção das bases implica a existência de gabinetes e viagens. Isso supõe pensar o trabalho de representação como algo permanente onde nada substitui a presença do político. Tudo se passa como se o risco da não-reeleição entrasse como fantasma permanente. Sobretudo para as representantes vinculadas a movimentos sociais o princípio do “lá” e “cá” aparece como tarefa permanente.

A presença no Congresso supõe também uma concentração de trabalhos executados em três dias. As comissões, os acertos de bastidores e a apresentação pública nas plenárias instituem um conjunto de atividades formadoras do trabalho político. Nele apresenta-se a idéia de jogo - as alianças, os investimentos por aprovação de emendas, a visibilidade nas plenárias, enfim o modo como cada um se posiciona nesse espaço de afirmação e disputa pelo reconhecimento.

O ano eleitoral, significativo na redefinição de atividades, caracteriza-se pela articulação nos circuitos do “lá” e “cá”, tendo em vista o fortalecimento das “bases de apoio” das candidaturas. O trabalho político é composto por uma revalidação da representação entre os eleitores, marcação e reconhecimento da importância de manutenção do cargo de representação.

De maneira geral, o trabalho das representantes no Congresso Nacional não se distingue das atividades de qualquer parlamentar encarregado de garantir sua sobrevivência política, associando eficácia e reconhecimento. Singulariza-se, no entanto, pela diferenciação hierárquica de ocupação de funções nos cargos parlamentares de direção. Trata-se, por exemplo, da presidência da mesa e desempenho de funções de liderança, além da presença em comissões. O empenho das mulheres na defesa de causas consideradas típicas do espaço feminino, tais como legalização do aborto, violência contra a mulher, exploração sexual, minorias, política de cotas e violência doméstica, revela a existência de uma divisão do trabalho. Dimensões valorativas advindas de

matrizes diferentes (religiosas, partidárias ou circunscritas a diferenças de gênero) expressam-se mediante formas variadas de entrelaçamento, resistindo a uma ótica generalizante ou polarizada. Se a “participação feminina” pode refletir modos convergentes de atuar na política, certamente outras expressões pautadas na diversidade vão estar presentes. A título de exemplo, trajetórias semelhantes referentes à participação anterior das mulheres em movimentos sociais podem instituir um espaço de aglutinação de práticas e apoios a determinados projetos. É possível aventar a hipótese de que as formas de constituição de um capital político incidem na defesa de “causas” que se efetivam no contexto dos direitos sociais. Destaca-se, nesse contexto, a instituição de um espaço discursivo que pode, paradoxalmente, afirmar especificidades femininas ao mesmo tempo que singularizar modos de atuação, reproduzindo preconceitos que argumentam os limites estreitos de atuação das mulheres na política. Uma exposição sobre a presença de representantes em comissões é importante para fundamentar as reflexões aqui expostas.

Tabela 1 - PARTICIPAÇÃO DAS DEPUTADAS NAS COMISSÕES

| COMISSÃO                                                            | Nº. TOTAL DE TITULARES | Nº. DE MULHERES TITULARES |
|---------------------------------------------------------------------|------------------------|---------------------------|
| <b>Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento rural</b> | 40                     | <b>01</b>                 |
| <b>Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional</b>     | 17                     | <b>03</b>                 |
| <b>Ciência e Tecnologia</b>                                         | 40                     | <b>02</b>                 |
| <b>Constituição e Justiça e de Cidadania</b>                        | 60                     | <b>02</b>                 |
| <b>Defesa do Consumidor</b>                                         | 20                     | <b>02</b>                 |
| <b>Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio-</b>             | 14                     | <b>01</b>                 |
| <b>Desenvolvimento Urbano</b>                                       | 17                     | <b>03</b>                 |
| <b>Direitos Humanos e Minorias</b>                                  | 13                     | <b>02</b>                 |
| <b>Educação e Cultura</b>                                           | 32                     | <b>08</b>                 |
| <b>Finanças e Tributação</b>                                        | 30                     | <b>01</b>                 |
| <b>Fiscalização Financeira e Controle</b>                           | 17                     | <b>01</b>                 |
| <b>Legislação Participativa</b>                                     | 14                     | <b>04</b>                 |
| <b>Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</b>      | 16                     | <b>00</b>                 |
| <b>Minas e Energia</b>                                              | 26                     | <b>02</b>                 |
| <b>Relações Exteriores</b>                                          | 30                     | <b>02</b>                 |
| <b>Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado</b>              | 17                     | <b>00</b>                 |
| <b>Seguridade Social e Família</b>                                  | 33                     | <b>07</b>                 |
| <b>Trabalho, Administração e Serviço Público</b>                    | 25                     | <b>04</b>                 |
| <b>Turismo e Desporto</b>                                           | 18                     | <b>01</b>                 |



|                                                  |    |           |
|--------------------------------------------------|----|-----------|
| <b>Viação e Transporte</b>                       | 29 | <b>01</b> |
| <b>Mista-Orçamento<br/>(Câmara e Senado)</b>     | 83 | <b>05</b> |
| <b>Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul</b> | 18 | <b>00</b> |
|                                                  |    |           |

Tabela 2 - PARTICIPAÇÃO DAS SENADORAS NAS COMISSÕES

| <b>COMISSÃO</b>                                                          | <b>Nº TOTAL DE<br/>TITULARES</b> | <b>Nº DE MULHERES<br/>TITULARES</b> |
|--------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Assuntos econômicos</b>                                               | 27                               | <b>04</b>                           |
| <b>Assuntos Sociais</b>                                                  | 21                               | <b>04</b>                           |
| <b>Constituição, Justiça e Cidadania</b>                                 | 23                               | <b>02</b>                           |
| <b>Educação</b>                                                          | 27                               | <b>03</b>                           |
| <b>Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e<br/>Fiscalização e Controle</b> | 17                               | <b>02</b>                           |
| <b>Relações Exteriores e Defesa Nacional</b>                             | 19                               | <b>01</b>                           |
| <b>Direitos Humanos e Legislação Participativa</b>                       | 19                               | <b>02</b>                           |

Observa-se que a presença das parlamentares em comissões está distribuída de forma desigual. As comissões cuja presença de mulheres é mais significativa são as seguintes: Educação e Cultura e Seguridade Social e Família. Muito embora seja possível atribuir à frequência de mulheres nas comissões um sintoma de concorrência e divisão desigual do poder, é importante também considerar a tendência de que as representantes no Congresso dêem seqüência a causas pelas quais militaram ao longo do tempo. Nesse sentido, as profissões de professora e outras funções educativas, que caracterizam a ocupação de parte significativa de representantes, tanto na Câmara Federal como no Senado, podem relativizar a idéia da divisão hierárquica do trabalho político. É no plano da ocupação de outros cargos, como direção da mesa ou funções de liderança, que os acessos desiguais se tornam mais evidentes. De fato, até hoje não houve nenhuma deputada ou senadora presidente da Mesa Diretora da Câmara ou do Senado.

#### TORNAR-SE VISÍVEL

Se a política é percebida como um mundo predominantemente masculino, o Congresso é a figuração emblemática dessa idéia. Daí por que os testemunhos da atuação feminina constituem espécie de ritual demonstrativo de uma presença a ser registrada.

A rigor, o Congresso pode ser percebido como lugar emblemático de instituição de

ritualidades É ali que as práticas políticas se tornam visíveis, fazendo com que as tensões e conflitos adquiram a dramaticidade acessível ao cidadão comum.

Outras especificidades do Congresso Nacional emergem no plano das ritualidades e retóricas. O uso da palavra, a linguagem formal, o “dom da oratória” contribuem na formação de perfis políticos. É nesse contexto que algumas mulheres passam a ter lugar de destaque, notabilizando-se pela defesa de princípios ou direitos sociais. O “lugar da tribuna”, o espaço menos visível das negociações e as diretrizes partidárias incidem sobre as dinâmicas efetivadas no cotidiano institucional.

A primeira observação, feita de modo ainda genérico, revela a instituição de papéis sociais materializados em perfis políticos baseados no desempenho de senadoras e deputadas. Atribuições constituídas sobre a existência de parlamentares “combatentes”, “engajadas” e “corajosas” povoam as imagens propagadas no âmbito interno das instituições representativas e nos meios e comunicação de massa. A defesa de determinadas causas percebidas como estando no campo da solidariedade, a afirmação das minorias e a instituição de direitos sociais contribuem, na mesma direção, para a idéia de uma “bancada feminina” que se explicita para além das diferenciações partidárias e das eventuais cisões ou existência de correntes políticas.

Se a política é feita de práticas relacionais, o espaço ocupado pelas representantes no Congresso Nacional efetiva-se no interior de um conjunto de interações nas quais emergem momentos de unidade, conflitos e hierarquias típicas de um agrupamento social<sup>8</sup>. Pensando, então, o Congresso como um lugar onde a política é feita, vivida e projetada, é possível a percepção de situações nas quais são formadas identidades coletivas. A “bancada feminina” exemplifica um dos espaços coletivos que atravessa as diferentes articulações vigentes no Congresso Nacional.

## A BANCADA FEMININA

A expressão “bancada feminina”, utilizada para traduzir a participação de mulheres na política é carregada de supostos performáticos (AUSTIN). Supõe, de antemão, uma

---

<sup>8</sup> Para uma reflexão sobre o Congresso Nacional como um domínio social, ver a dissertação de Solheid da Costa, *Os caminhos da casa*, PPGAS, Rio de Janeiro, 1980.

prática homogênea baseada em uma ficção de unidade nem sempre condizente com a exposição de forças e alianças que operam na política cotidiana. Essa versão de homogeneidade, por outro lado, remete à existência de dicotomias analíticas que dominaram parte da literatura dos estudos de gênero com fundamento na existência de uma ideologia da diferença. Observando-se a questão sob um ângulo menos determinista, é possível verificar a existência de momentos de unidade ou diversidade que podem expressar dinâmicas baseadas em ações estratégicas, visando à formulação de pautas e aprovação de projetos. É importante ressaltar que o uso da expressão “bancada feminina” nem sempre é corrente no cotidiano do Congresso Nacional, havendo referências a esse termo quando de rituais de homenagem à mulher, ou em situações de votação de matérias que dizem respeito a direitos de mulheres. Os depoimentos a seguir indicam as possibilidades de uso da expressão.

“O conceito de *bancada feminina* pegou, embora sejamos muito poucas, 47 em um universo de 513 parlamentares. Mas acho que é uma bancada que vem crescendo em qualidade porque temos deputadas de mais de um mandato, pessoas experientes com as quais temos aprendido muito. Acho que a bancada tem conseguido colocar as divergências partidárias de lado quando o que está em discussão são assuntos que dizem respeito à vida das mulheres”. (Fátima Bezerra PT, Rio grande do Norte).

“Não existe uma *bancada feminina* porque até nos assuntos de interesses das mulheres, como o aborto, não tem consenso. Talvez exista um maior interesse das mulheres por trabalhos na área social mas isso é ruim porque afasta as mulheres do debate global” (Luciana Genro P-SOL, Rio Grande do Sul)

“Nós somos menos de 9% na Câmara, o que é ridículo, mas isso é de alguma forma compensado pela atuação unitária da *bancada* que consegue aprovar projetos que dizem respeito às mulheres” (Luiza Erundina, PSB, São Paulo)

De fato a idéia de bancada feminina corresponde a uma estratégia de agregação de interesses em torno de temáticas que mais diretamente aparecem como referentes às mulheres. Mover-se de modo não exclusivo no interior de coletivos dessa ordem supõe, por outro lado, garantir a adesão de parlamentares homens e impedir a fixação de mulheres em torno de um espaço que se pode tornar exclusivo e discriminado, conforme pode ser visto

no depoimento a seguir:

“Eu não quero uma *bancada feminina* porque o homem vai se sentir muito à vontade de dar a gente um lugarzinho, um gueto.. Se alguém me perguntar se eu sou da bancada feminina eu digo que não, eu faço parte do equilíbrio de gênero no Congresso, porque não deu certo o mundo principalmente masculino como não dará um mundo só de mulheres”. (Deputada Denise Frossard, PPS, Rio de Janeiro).

A idéia de bancada evoca também a temática da representação e do modo como se revelam dimensões variadas de apresentação.

## AS RETÓRICAS PRONOMINAIS

Tomando-se como referência o uso de pronomes no discurso político para pensar sobre as peculiaridades da representação parlamentar é possível encontrar conexões importantes à análise. Em política, o uso de pronomes plurais ou coletivos para referir-se a práticas de profissionais representantes diz respeito inicialmente à idéia afirmativa do engajamento no trabalho conjunto, sendo o uso do “eu” percebido, muitas vezes, como prepotente e individualmente interessado. Em princípio, a postulação de idéias universais acima de prerrogativas individuais, diz respeito à própria busca de legitimação que está associada a dimensões coletivas de representação. Não seria exagerado asseverar que os pronunciamentos sobre o trabalho político operam em uma espécie de passagem complexa entre o “eu” e o “nós”, indicadora de variadas formas de representação do espaço político. Nesse sentido Pollack (1992) ressalta que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, particularmente os que opõem grupos políticos diversos.

No espaço da retórica de parlamentares, discurso político, o uso de pronomes define uma forma de inserção e representação no campo político. O emprego do eu, por exemplo, frequentemente exacerbado durante situações de concorrência, afirma-se pela busca de explicitar distinções. O uso do “nós”, tanto se refere à alusão a uma categoria (*nós mulheres*), como à evocação ao movimento ou partido. Encontra-se, por exemplo, no discurso de parlamentares, a prática do “eu”, “a gente” e “nós” no interior de uma mesma frase, delimitando aspectos interessantes para se pensar nos espaços plurais e mutantes da representação política. As mulheres consideradas combatentes, frequentemente evocam o

“nós” para se referirem ao caráter coletivo de seus propósitos, o que pode ser exemplificado na idéia de bancada feminina.

Se o exercício de uma atuação política, já de saída, é portador de símbolos ou emblemas que têm por objetivo estabelecer uma legitimidade, as mulheres representantes entram na arena com a complexidade do desejo de reconhecimento. Ao invés de comparecerem apenas com a força das disposições partidárias ou dos atributos pessoais, entram no cenário político com o estatuto de gênero: uma representante política é alguém que deve ser submetida à prova da competência, da capacidade de exercitar bem o seu mandato. “Porque eu acho que nós mulheres temos de fazer muito mais e melhor do que os homens para sermos reconhecidas. Nós temos que ser mulher-maravilha, enquanto o homem faz uma atividade e é reconhecida, sai no jornal”. (Senadora Patrícia Saboya, PPS, Ceará)

Ora, se o raciocínio pode ser extensivo a todas as categorias excluídas que se põem a tarefa de “representar o coletivo”, como é o caso de representante de minorias no poder, as mulheres trazem como suporte uma “identidade de gênero”, fruto de atribuições herdadas historicamente e mais ou menos incorporadas por suas protagonistas. Atribuições referentes ao conjunto dos discursos, emblemas ou símbolos que justificam, enaltecem ou reivindicam a singularidade da presença das mulheres na política remetem à existência de um estatuto da diferença. Mulheres na condição de representantes podem ensejar a emergência de símbolos e estratégias discursivas ligados à moral, à ética ou valores femininos que lhes são atribuídos naturalmente, tais como “sensibilidade” e “sinceridade”, entre outros. Existe, portanto, uma especificidade referida ao uso de atributos de gênero como forma de diferenciação e reconhecimento políticos, tal como pode ser visto na fala da Senadora Serys Sllessarenko, referindo-se ao fato de que o privilégio biológico confere às mulheres “uma sensibilidade maior à realidade e as suas dificilmente perceptíveis nuances e sutilezas”. (*Senadoras, dados biográficos*, Senado, 2004).

Algumas características podem ser identificadas no âmbito dessa suposição. Em primeiro lugar, a perspectiva de colocação da mulher como signatária de valores universais, fato que a tornaria potencialmente diferente dos demais no campo da política. Asegunda ordem de considerações pensa a inexperiência das mulheres como atributo positivo porque fora das práticas tradicionais e espúrias de poder. Trata-se de um atributo

que tende a perder validade à medida que um número maior de mulheres passa a integrar o campo político.

Práticas políticas de mulheres são também geradoras de estereótipos. O exame sobre o desempenho de representação ou mandato não é feito geralmente a partir de uma pergunta dirigida pessoalmente às representantes e sim ao gênero do qual ela faz parte: têm as mulheres condição de exercer cargos políticos? A indagação supõe que as mulheres não representam apenas o grupo de eleitores. São espécies de estreantes numa prática cuja atuação servirá como medida de eficácia extensiva ao conjunto de pares.

Outra característica, que pode ser identificada como típica de valores atribuídos à participação feminina, refere-se à tentativa de acrescentar aos atributos pessoais da representante qualidades comumente designadas como sendo próprias do universo masculino. Substantivos como fortaleza, coragem, garra, força e adjetivos do tipo guerreira, destemida são comumente usados. Isso revela que mulheres possuidoras de atributos do mundo “masculino” estão aptas a ingressar na política, ou melhor, até mais preparadas pelo acréscimo de novas qualidades. Estas, vindas de um espaço que não é o seu, tornariam tais atributos mais autênticos. Ocorre, nesse sentido, uma espécie de inversão de valores que faz do “sexo frágil” uma categoria capaz de encontrar, entre seus pares, a condensação de símbolos percebidos como essenciais para o desempenho da função de liderança. Se os símbolos políticos podem ser compreendidos como metonímias da parte que tenta representar o todo, as mulheres portariam um arsenal de valores capazes de aglutinar os universos “masculino” e “feminino”.

Observando-se as gestualidades<sup>9</sup> políticas de mulheres em sessões plenárias, é possível constatar os símbolos da combatividade e veemência pelo levantar de braços em punho, pela alteração da voz e tudo o que pode significar força retórica, certeza e firmeza. A esse perfil de corpo guerreiro, somam-se a fala e as atitudes formais que caracterizam a expressão corporal em sua expressão retórica. Existe, portanto, um *habitus* político que se revela nos manejos apropriados e reproduzidos entre aqueles que fazem parte do campo político.

---

<sup>9</sup> A esse respeito, é importante lembrar as técnicas do corpo, tendo como referência a maneira pela qual os homens e a sociedade de uma forma tradicional sabem servir-se de seu corpo (MAUSS, 2003). A idéia de cada sociedade com seus hábitos próprios conduz à perspectiva de se pensar sobre a associação entre performance e desempenho político.

Outro aspecto aparece na atribuição das mulheres como porta-vozes de segmentos que são vítimas de algum tipo de discriminação. Na condição de defensora dos oprimidos, as mulheres trariam a autenticidade do sentimento de exclusão partilhado. O desempenho de representantes em comissões e políticas de caráter afirmativo poderia dar indícios das formas de atuação das representantes no cenário político. Essa questão atenta para a instituição de identidades baseadas em princípios não só partidários, mas também valorativos que podem incluir recortes referentes ao gênero<sup>10</sup>.

A presença da mulher na condição de representante política está, portanto, submetida a uma série de ritualizações que aparece na constituição dos discursos, na produção de imagens e outros símbolos dotados de características específicas.

É importante ressaltar, no entanto, o fato de que diferentes modelos femininos entram em jogo dependendo dos espaços institucionais de atuação. Uma ritualização de lugares do feminino na política está condicionada ao jogo de forças em disputa, fazendo com que as mulheres representantes possam atuar como “bancada feminina” ou em defesa de valores que ultrapassam a condição de gênero.

Isso leva a crer, que as representantes são patenteadas por uma avalanche de signos valorativos nos quais vão estar presentes modos de classificação ou desclassificação, típicos das diferentes formas de expressão simbólica. Os modos celebrativos de afirmação da presença de mulheres no âmbito do Congresso Nacional trazem pontos relevantes para reflexão sobre o tema das ritualidades.

## O TEMPO DAS CELEBRAÇÕES – O ANO DA MULHER

As reflexões de Goffman (1987) sobre os registros do feminino na publicidade sugerem as possibilidades de explorar os rituais como fonte perene de valores, ou manifestações reveladoras de dimensões representativas de espaços sociais. As homenagens, os registros fotográficos, as pinturas, as denúncias, enfim as escolhas

---

<sup>10</sup> Em pesquisa sobre a identidade política de Luíza Erundina, eleita prefeita de São Paulo em 1988, PENNA (1992) constata a explicitação de qualidades pessoais, negativas ou positivas, que terminam se sobrepondo à função de representante de partido. Nesse sentido, a autora, constata a existência de uma dualidade de valores a que se vê submetida a mulher na carreira política. A um só tempo, cobra-se da representante, um modelo feminino calcado na fragilidade e atribuem-se à sua função política qualidades que se supõe não serem típicas da mulher como, por exemplo, energia e determinação.

temáticas concorrem para se pensar nesse *locus* significativo, que, ao associar mulher e política, o faz evocando e unificando signos de luta, fragilidade, combatividade ou pioneirismo. As fotos comemorativas do ano da mulher sugerem, nas imagens de lágrimas, mãos entrecruzadas em tensão ou mãos levantadas, textos simbólicos condensados e difundidos ao longo do tempo. Era essa a intenção das fotógrafas encarregadas de produzir um painel em homenagem ao ano da mulher no Congresso Nacional:

No objetivo de revelar a presença da mulher no ambiente legislativo, o caminho escolhido pelas fotógrafas Sônia Baiocchi e Anna Izabel foi a sensibilidade e a delicadeza, lentes da alma e do coração ajustadas ao olhar feminino. São imagens de mulheres corajosas que deixaram suas labutas domésticas, deixaram seus filhos amados aos cuidados de outra mulher, deixaram seus homens calados, sem reação diante da ousadia de ir ou vir, que lutam pela liberdade e vencem desafios com dedicação e persistência. Esses são retratos da mulher contemporânea que adentra o poder do salto alto para reivindicar seus direitos. São profissionais que se necessário, curvam-se para atingir seus objetivos, rasgam a violência que deprime seus ideais, ajustam às novas tecnologias do mercado competitivo e sobressaem-se pela intuição. Elas retocaram seus batons e pintam suas unhas sem deixarem de ser guerreiras. Mulheres no Parlamento é o reflexo das conquistas femininas sem a perda da singularidade. É uma homenagem focada pelo olhar feminino que revela um diferencial nesses tempos modernos: sua própria beleza. (As fotógrafas).

A citação revela ajustes de *qualidades femininas* a valores oriundos da esfera política, apontando para um momento no qual o apelo à singularidade se distingue das formulações propostas pelo movimento feminista da década de 1970. As imagens que acompanham o texto das fotógrafas indicam mãos, olhares, lágrimas, momentos considerados decisivos de vitória, posse e encaminhamento de propostas apontando uma espécie de expressão totalizadora do *ser feminino*. Os sinais de "luta" e fragilidade reforçam qualidades, as quais a serem associadas ao desempenho político, produzem um terceiro elemento indutor de singularidade e força como simbologias importantes para afirmação de reconhecimento.

A criação do Ano Internacional da Mulher constituído por lei e efetivado por ações



empreendidas através de comissão especial – *Cemulher* - supunha um conjunto de atividades. Nelas estavam incluídos "programas com envolvimento da sociedade civil, visando estabelecer condições de igualdade e justiça na inserção da mulher na sociedade civil". A comissão encarregada de levar adiante a programação levantava proposições em tramitação na Câmara dos Deputados, atuando na sua legislação através da instituição de prioridades; estas, diretamente referidas à saúde, à igualdade de remuneração no trabalho, violência contra a mulher etc. Além dos trabalhos voltados para a tramitação de projetos referentes à mulher, uma série de eventos - incluindo reuniões, exposições, distribuição de materiais - fez parte desse conjunto de atividades que poderiam ser designadas como a expressão celebrativa do trabalho das parlamentares.

Os destaques referentes à presença de mulheres no Congresso Nacional aparecem também através na elaboração de biografias. São trajetórias que, ao enfatizarem a importância do trabalho político de representantes, assumem a estratégia de afirmação de singularidades. O livro de biografia das senadoras refere-se às "mulheres que tem abrilhantado e valorizado com sua presença produtiva e equilibradora a vida desta instituição sesquicentenária."

Sobre essa unidade de gênero, composta em um plano além das injunções partidárias, ponho em evidência alguns pontos. Inicialmente, é importante ressaltar que as atividades ocorrem como apoio de parlamentares do sexo masculino a exemplo do autor da lei, Dep. Maurício Rabelo que no decurso das atividades, enfatizou o "valor da mulher brasileira e a necessidade de políticas de valorização da mulher no cenário nacional".

O Congresso Nacional pode ser concebido como espaço de construção, difusão e instituição de valores no campo específico da política, dotado de leis e legitimidades próprias também validadas no âmbito da vida social. Pesquisas sobre a explicitação de valores, tais como honra e dignidade, corroboram a idéia de que o Congresso Nacional constitui um espaço importante de análise sobre as percepções que guiam as práticas políticas<sup>11</sup>.

Se as instituições materializam a cadeia de ações políticas que se explicita em leis, projetos e diferentes práticas sociais, concepções de mundo vão atuar nesses espaços como subsídio para tomada de decisões. Discussões sobre desigualdades sociais e suas

---

<sup>11</sup> Ver Teixeira Carla, 1998.

estratégias de correção, reflexões sobre as diferentes maneiras de encarar o mundo público e privado vão estar aí presentes. O que poderia, no entanto, ser diagnosticado como expressão de uma “forma feminina de atuar na política” pode ser indicativo de interrogações capazes de apontar a existência de valores e *habitus* no âmbito do Congresso Nacional.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Clara, As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa. *Revista Dados* 44 número 1, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2001.

AUSTIN, J.L. *Quando Dizer é Fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARREIRA Irllys Alencar F. “Ideologia e Gênero na Política: estratégias de identificação em torno de uma experiência”. *Revista Dados* 3, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1993.

BARREIRA, Irllys – Ritualisations du féminin lors d’une campagne électorale au Brésil. in *Anthropologie et Sociétés* (Politique, réflexivité, psychanalyse), 2001 vol 25, número 3, Laval/Québec

BAYLEY F. G. *Les Regles du Jeu Politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971

BOURDIEU Pierre . *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_ *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

COLLOVALD Annie. Identité(s) stratégique(s). *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 73, Éditions de Minuit, Paris, 1988.

COSTA, SOLHEID Maria Cecília da, *Os caminhos da casa*, PPGAS, Rio de Janeiro, 1980.

GOFFMAN Erving. *Façons de parler*, Les éditions de Minuit, Paris 1987.

LAGRAVE, Rose Marie - “Recherches Féministes ou Recherches sur les Femmes?” , *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 83, Editions de Minuit, Paris, 1990.

MARENCO DOS SANTOS, André, “Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, número 33, ano 12, ANPOCS, São Paulo, 2001.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*, Cosac Naifay, São Paulo, 2003.

PENNA, Maura. *O que faz ser nordestino: identidades sociais e o “escândalo”* Erundina.

São Paulo, Cortez Editora, 1992.

POLLACK, Michel. “Memória e Identidade Social”, in *Estudos Históricos* , Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.

TEIXEIRA Carla, *A Honra na Política*, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1998.

SENADO FEDERAL. *Senadoras, dados biográficos*. Brasília: Subsecretaria do Arquivo, 2004.

WEBER, Max. *Economía y Sociedad*, Fondo de Cultura, México, 1974.